ANEXO I –

REQUERIMENTO DE CADASTRO

Exmo(a). Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Manhuaçu/MG

A entidade _____,
inscrita no CNPJ sob o nº _____,
de natureza jurídica _____,
endereço _____,
telefone(s) _____,
e-mail _____,

vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer o cadastramento perante esta Vara competente para Execução Penal, visando o recebimento de valores oriundos de prestações pecuniárias, decorrentes de transações penais, acordos de não persecução penal, suspensões condicionais do processo e sentenças condenatórias, em conformidade com a Resolução nº 558/2024 do Conselho Nacional de Justiça, o Provimento Conjunto nº 144/2025 e a Portaria nº 8.377/CGJ/2025 do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que a entidade acima identificada possui finalidade social, não tem fins lucrativos, encontra-se regularmente constituída e apresenta, juntamente com o presente requerimento, toda a documentação exigida no Edital, bem como o projeto elaborado conforme modelo constante do Anexo III.

Local e data

Presidente e/ou Diretor(a) da entidade

ANEXO II

(a que se refere o inciso I do art. 7º do Provimento Conjunto nº 144, de 2 de abril de 2025)

FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE INTERESSADA:

Nome Completo da Instituição:

CNPJ:

Natureza Jurídica:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Município:

Estado:

Atividade principal da Instituição:

Nome completo do Diretor(a) da Instituição:

CPF:

Telefone residencial:

Telefone Funcional:

Telefone celular:

E-mail:

Responsável pelo Benefício:

Assinatura do Diretor da Instituição:

ANEXO III
MODELO DE PROJETO

1. Identificação da entidade

(nome, CNPJ, endereço, dirigente responsável).

2. Breve histórico da entidade

(atuação, abrangência, experiências anteriores).

3. Finalidade e tipo de atividade a ser desenvolvida.

(Descrever o objeto do projeto).

4. Justificativa pormenorizada.

(Demonstrar relevância social e necessidade do projeto).

5. Público-alvo

(quem será beneficiado e número estimado de pessoas).

6. Valor total do projeto: R\$ _____.

7. Valor pleiteado ao Juízo: R\$ _____.

8. Recursos materiais e humanos necessários.

(Especificar equipamentos, serviços, equipe envolvida).

9. Outras fontes de financiamento

(Sim/Não – especificar).

10. Cronograma de execução

(etapas, período, valor).

ETAPA	PERÍODO	VALOR
Compra de materiais		
Execução (descrever a etapa)		
Prestação de contas		

11. Cotações

(Juntar, no mínimo, 3 (três) orçamentos de fornecedores (locais ou não), em páginas de empresas reconhecidas, com indicação do valor unitário dos produtos/serviços, não sendo aceitos QR Codes.)

12. Declaração de viabilidade administrativa e financeira.

DECLARAÇÃO

A entidade declara dispor de capacidade para execução do projeto e, se necessário, para custear eventual contrapartida.

Local e data

Presidente e/ou Diretor(a) da entidade

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DE CONTA BANCÁRIA

A entidade _____,
inscrita no CNPJ sob o nº _____,
representada por _____,
CPF nº _____, RG nº _____,

declara, para os devidos fins, estar ciente da obrigatoriedade de manutenção de **conta bancária exclusiva, de titularidade da entidade**, destinada exclusivamente ao recebimento dos valores eventualmente liberados, na qual não poderão ser creditados recursos de outra natureza, comprometendo-se a informar seus dados bancários caso o projeto seja contemplado.

DADOS BANCÁRIOS

BANCO: _____
AGÊNCIA: _____
CONTA CORRENTE _____

Local de data

Presidente e/ou Diretor(a) da entidade

ANEXO V
TERMO DE ANUÊNCIA

A entidade _____,
inscrita no CNPJ sob o nº _____,
representada por _____,

manifesta anuência expressa às seguintes condições para recebimento e utilização dos recursos:

- a) Utilizar e gerir os valores exclusivamente de acordo com o projeto aprovado;
- b) Apresentar prestação de contas no prazo fixado pelo Juízo;
- c) Permitir fiscalização a qualquer tempo e apresentar documentos solicitados;
- d) Devolver eventual saldo não aplicado;
- e) Garantir livre acesso às instalações da entidade e apresentar documentos relacionados à execução do projeto quando solicitado;
- f) Cumprir integralmente as recomendações, exigências e determinações do Juízo responsável pela liberação;
- g) Utilizar preferencialmente meios eletrônicos (cheque, transferência, TED, DOC ou PIX), **vedado o pagamento em espécie**;
- h) Organizar e manter a documentação relativa ao projeto conforme as normas legais;
- i) Fornecer os dados bancários de conta exclusiva (banco, agência, número e espécie da conta) destinada ao recebimento dos valores da prestação pecuniária.

Local e data

Presidente e/ou Diretor(a) da entidade